

Quando a transparência nos assombra

When transparency haunts us

Aline Ribeiro Nascimento

Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo contribuir com discussões contemporâneas sobre os assombros cotidianos ligados, sobretudo, às práticas golpistas em curso no cenário brasileiro, culminando, até o momento, fevereiro de 2018, na criação de um Decreto federal que trata da intervenção militar na segurança pública no RJ e que comporta muitos perigos. Para tanto, servindo-se de conceitos nietzschianos como niilismo, genealogia, meio dia, dentre outros, buscará aproximar esses conceitos do modo de subjetivação em curso e da herança, em nós e na sociedade, de práticas silenciadoras da potência de diferir, bem como percorrerá os movimentos que apontam para a possibilidade de sua reversão.

Palavras-chave: niilismos; democracia; segurança pública; meio dia nietzschiano.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to contribute with contemporary discussions about the daily haunts linked, above all, to the ongoing coup practices in the Brazilian scenario, culminating, so far, in February 2018, in the creation of a federal decree dealing with military intervention in security public in RJ and that carries many dangers. To do so, using Nietzschean concepts such as nihilism, genealogy, half-day, among others will seek to bring these concepts closer to the subjectivation mode in progress and to the inheritance in us and in the society, of silencing practices of the power to differ, as well as movements that point to the possibility of its reversal.

Key-words: nihilisms; democracy; public security; noon of Nietzsche.

Dedicado à Cecília Coimbra

Antes de começar esse artigo, faço um convite aos leitores: apertem Ctrl , posicione o mouse sobre o link <https://www.youtube.com/watch?v=wR05zNR5GCc> e, sem tirar a mão do Ctrl, cliquem no link. Vocês serão direcionados para uma música. Escutem-na. Não se preocupem, só dura 2 minutos e 49 segundos. Terminada a audição, comecem a ler o artigo. Quando o artigo finalizar, escutem-na novamente e deixem o som e a letra governarem os seus afetos.

PS: esse experimento musical talvez funcione melhor naqueles que conseguirem ler o texto numa tacada só.

Introdução

Algumas imagens têm me assombrado. Assombrado? Seria essa a palavra? Vejamos. Assombrar remete a cobrir-se de sombra; para tanto, inviabiliza a visão de imagens, mas também invoca o seu contrário, a lembrança da luz, a lembrança de momentos em que um cenário, estando iluminado, se permitiria ser visto, como forma de não se deixar apagar por esse manto. Assombrar também remete a assombração, a um sentimento de terror causado por coisas que não se pode explicar e que frequentemente são interpretadas como sobrenaturais. Então, assombrar, aqui, é, ao mesmo tempo, colorir-se de sombra a ponto de a sombra ser o guia da visão e, nesse momento em que se escolhe a sombra como via de leitura do corpo, se teme o não ver mais como antes. Também implica fantasiar acerca do que não se conhece, mas, por não suportar a perda da visão, cria-se uma imagem do "fora do mundo" e ainda implica invocar a lembrança do ponto anterior no tempo, em que a luz era presente e o cenário conhecido, como forma de se suportar a escuridão momentânea que a sombra produz. Talvez por isso haja equivalência entre assombro e tornar algo sombrio, de modo que a lembrança da luz anterior funciona como aquilo que colore nossa visão e vontade de retornar ao que éramos antes da sombra...

Mas desejar esse retorno da visão é exercício de potência? Como fazer com que se torne possibilidade de visão sem se perder, também, em fantasias, seja de melhor ou de pior, sem sair de um horizonte meramente moral? Nesse instante me lembro que assombrar-se também tem o sentido de maravilhar-se. Mas como percorrer essas modulações de sentido, no corpo, se as imagens que chegam a nossa retina, no contemporâneo, só nos produzem nojo? *Como então acionar, em nós, o sentido de assombro como maravilhar-se, espantar-se, que também estão ligados ao verbo assombrar? Que imagens estão sendo germinadas quando há mais sombra e que movimentos precisamos fazer para achar novos espaços luminosos após ser tocado pela breve escuridão?* (Diário, verão, 2017, Aline Nascimento).

Essa anotação que fiz num diário, como uma espécie de *hypomnemata*¹, surgiu a partir dos efeitos da enorme sombra que tomou o país em 2016 e se aprofunda até o momento em que escrevo esse artigo, fevereiro de 2018. Estamos vendo um golpe atrás do outro. Desde o modo como foi produzido e conduzido o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff até a invenção de um Decreto de intervenção das forças armadas no Rio de Janeiro.

Em 2016 eu lecionava numa universidade particular e buscava preparar os alunos para os novos perigos que adviriam dos efeitos do golpe que já anunciava os desmontes dos direitos, do patrimônio nacional, cultural, da proteção das terras indígenas, da priorização da educação, o ataque à diversidade, enfim. Víamo-nos diante de um tipo de investimento, sem máscaras, de privatização da vida, tanto macro como micropoliticamente.

Lancei-me no exercício do "jornalismo radical das ideias", expressão que Foucault usava para se referir a Nietzsche como o "primeiro filósofo jornalista" (FOUCAULT, 2011a: 308). Afinal, "foi ele quem nos ensinou a formular questões no hoje e reagir ao que acontece no momento em que acontece" (FOUCAULT, 2011b: 225). Porém, nesse exercício nietzschiano, me via solitária e assombrada pelos discursos e imagens que chegavam, lutava para que os afetos tristes decorrentes daí não contaminassem meu discurso, buscando assinalar para os alunos as possíveis linhas de fuga que também estavam sendo desenhadas naquele agora. Mas também me sentia esgotada nesse exercício solitário, tendo em vista o despreparo da instituição de ensino para lidar com o que estava ocorrendo. Despreparo não, aliás: como se tratava de uma faculdade particular, só interessa ao estabelecimento tratar do privado desvinculado do público e isso se refletia na maioria dos professores e, claro, na direção. Também na postura de alguns alunos que torciam a cara para as discussões, em especial os que entraram na faculdade logo após esse primeiro golpe.

Conforme as situações do presente iam se tornando cada vez mais tensas, mais forte essa tensão percorria o arco da flecha da minha vontade, criando, em meu corpo, a necessidade de ultrapassamentos rápidos de discussões que não servem mais, mas sem tempo para me dedicar a tais ultrapassamentos, que vinham como raios. Além disso, percebi que não podia exigir dos alunos que se interessavam pelas discussões que acompanhassem esse meu lançamento - seria desrespeitoso com o corpo deles (teórico, existencial, temporal etc.). Então, precisei recuar, afrouxar o arco, diminuir o ritmo das problematizações; mas esse frear fez com que os afetos intensivos precisassem de um lugar de expressão para eu não adoecer.

Diante dessas inquietações e da necessidade de manter a flecha de meu pensamento em movimento, percebi que a melhor maneira de dar passagem e digerir os acontecimentos sem ficar esgotada, anestesiada ou enjoada, de modo que tais afetos não assombrassem minhas aulas, seria voltar a estudar e ter novos encontros. Além disso, percebi que não somente eu, mas muitos amigos estavam assim, ora anestesiados,

ora esgotados, ora perplexos, ora tudo junto, e isso me fez pensar que o afeto que me governava o presente era o assombro.

Essas questões disparadoras produziram as seguintes interrogações: de que instrumentos dispomos hoje para nos exercitarmos numa admiração diante das forças do mundo, num momento em que as engrenagens do funcionamento fascista na sua forma Estado, Justiça, Educação, Política, Economia etc., estão mais evidentes do que as forças criativas de vida na sua forma de resistência?; que caminhos podemos trilhar para diagnosticarmos os perigos de nossas alianças com as forças reativas desse funcionamento, que vêm gestando um fascismo em nós, aquele que nos faz gostar do poder e desejar essa coisa mesma que nos domina e explora, como comentou Foucault (2010a:105), para delas nos deslocarmos e, assim, criarmos outras formas de habitar o presente?; de que instrumentos dispomos hoje para construirmos uma outra história, que parta de práticas em nome da vida e da potência inerente a ela e que está presente, também, em nossos corpos?

A transparência dos jogos de força efetuados por humanos demasiado humanos tem nos deixado perplexos diante de uma sensação de retrocesso na história em que as conquistas realizadas por diversos movimentos ativos da vida, como os movimentos sociais ocorridos nos "anos de chumbo", que, por sua vez, criaram condições para que hoje diversos direitos e políticas públicas existam, são esvaziados de força e apagados, com a mesma intensidade, da história, através de narrativas empobrecidas de conteúdo crítico. O mais grave é que tais discursos têm se multiplicado e ganhado estatuto de verdade.

Mas será que estamos diante de um retrocesso, como se até agora caminhássemos rumo ao progresso? As engrenagens que nos constituem nos tornaram melhores, mais "evoluídos", mais luminosos? É certo que muitas conquistas nasceram da agonística das forças e redesenharam nossa história, criando brechas de vida em momentos de chumbo. Mas se trata de lutas locais que não resultam em "melhoramento do homem", mas em enfrentamento de forças, relação de forças. Não podemos esquecer a lição de Nietzsche: as forças reativas governam a história do pensamento ocidental e, por isso, elas retornam e se retroalimentam a partir de novos arranjos! Não há, portanto, sentido em falarmos em progresso ou retrocesso, mas em genealogizarmos os instrumentos e/ou práticas de repetição, para deles(as) nos descolar... Afinal, o governo da história e na história se materializa tanto macropoliticamente, na forma de gestão de condutas, como micropoliticamente, nas práticas e nos afetos que legitimam essa

gestão; mas também foge a essa "regra", quando as ruas e os embates produzem outro modo de micropolítica afetiva, mais próxima de um governo de si. Porém, como fomos subjetivados a partir do destino do devir reativo das forças da cultura socrático-platônico-judaico-cristã-européia, em nossos corpos, como nos adverte Nietzsche, não há progresso do "espírito", mas obstaculização, cada vez mais sofisticada, das forças ativas do corpo. De modo que não há progresso das forças ativas enquanto o destino do pensamento estiver atrelado à adoração de Ídolos, que, na modernidade são chamados por Nietzsche de "sombra de deus". Por isso, entre tais ídolos estão o Estado, a Justiça, o mito da igualdade de direitos, o sentido histórico, o humanismo burguês, enfim, imagens-engrenagens que cultuamos como uma novidade, como signo de progresso e promessa de felicidade, mas que só materializam programas de melhoramento do homem desde a sua configuração socrático-cristã, resultando no rebaixamento das formas de existência, na homogeneização da cultura e na mediocrização generalizada que hoje está em seu ápice.

E aí me lembro de Costas Douzinas, um pesquisador (jurista e filósofo grego) de teoria jurídica quando nos lembra que “os direitos humanos têm apenas paradoxos a oferecer” (DOUZINAS, 2009: 17), o que não implica dizer que estão mortos, mas que talvez sua função seja a de tornar transparente como a sociedade funciona. Afinal, quando dizemos que o século XX é a era dos direitos humanos, como explicar esse triunfo se

nossa época tem testemunhado mais violações de seus princípios do que qualquer uma das épocas anteriores e menos 'iluminadas'. O século XX é o século do massacre, do genocídio, da faxina étnica, a era do Holocausto. Em nenhuma outra época da história houve um hiato maior entre os pobres e os ricos no mundo ocidental e entre o norte e o sul globalmente. [...] Não é de espantar, então, a razão de as pomposas afirmações de preocupação dos governos e organizações internacionais serem frequentemente tratadas com escárnio e ceticismo pelas pessoas. (DOUZINAS, 2009: 20)

O ápice da mediocrização terá, para Nietzsche, uma relação estreita com o que nomeia de "apogeu do niilismo", fazendo-se sentir pelos efeitos traduzidos nos corpos que expressam ora uma vontade de nada, geradora de anestesia ("não quero saber o que se passa ou vou me medicalizar para não sofrer"), ora um ressentimento gerador de ódios, ora uma vontade de ser governado por formas que digam o que é certo ou errado que se materializam também no pedido por um salvador que deveria expressar a justiça justa nascida de um "bom Estado" ou de uma "boa polícia" (sem se perceber que o Estado já é policial, sangrento, desde sua emergência), ou por todas as manifestações

acima juntas. Todas essas formas de se conduzir no mundo dizem respeito à negação da vida, tema trabalhado por Nietzsche em todas as suas obras. Trata-se, portanto, de modos de se deixar governar por uma moral niilista que hoje está em seu ápice em função de todo investimento social que vem se intensificando desde o século XX e que hoje produz um esgotamento em nós por pautar-se numa superinflação dessa moral. Nela, as práticas de controle da existência fingem expandir a potência dos corpos, mas, na realidade, criam novas dívidas desse corpo com o que o circunda, de modo que, controlado e não mais apenas disciplinado, se interpreta a partir do horizonte da governamentalidade neoliberal, guiando-se pelos fluxos do capital. Nesse novo cenário, por exemplo, nega-se a saúde produzindo mais "saúde" (medicalização da existência), ao mesmo tempo em que se desinveste os serviços de saúde pública para selecionar aqueles que podem comprar saúde. A potência dos corpos é esvaziada de força e passa a ser traduzida pelo poder dos corpos que emerge em função do fluxo monetário que são capazes de acionar.

Por isso, podemos dizer que o modo de subjetivação dominante em curso são expressões do niilismo, e que, para Nietzsche, sendo ele o acontecimento que se encontra na base de nossa cultura, não é um acontecimento recente, mas uma "doença" que percorre a história do nosso pensamento de tal maneira que foi se alastrando em diversos campos: político, econômico, social, teórico, jurídico, midiático, artístico etc. e, com isso, atravessa e compõe modos de existência. Ao mesmo tempo, embora seja sintoma de decadência - trazendo como efeito correlato o nojo pela existência -, pode ser sintoma de força, condição para um novo começo, desde que estejamos equipados para atravessar seus efeitos em nossos corpos através de uma ontologia histórica de nós mesmos, isto é, pelo exercício conduzido pela pergunta: como nos ocupamos de nós mesmos? - como Foucault sugere em suas pesquisas. Ou guiados pela relação entre desejo e campo social, como sugerem Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*, a fim de criarmos um corpo sem órgãos, um corpo que desfaz as políticas de rostidade que sustentam a nossa cultura; que não se interpreta a partir daquilo que o normatiza, mas se constroi pelas intensidades que o percorrem e, dessa maneira escapa do "juízo de deus" e "suas sombras modernas".

Só me foi possível chegar a essa formulação quando percebi os efeitos desse processo em meu corpo - indissociável do campo social - e, ao mesmo tempo, pude escutar aquilo que "protestava" contra a asfixia. Fui sendo conduzida a entender que assombro e anestesia estavam próximos; afinal, não encontramos um ponto luminoso

para lançar o anzol de nossa vontade. Aprofundando a visão, entendi que, na verdade, assombro remetia à travessia do niilismo e, ao entrar em contato com esse tema, vi que ele era o tema de Zarathustra, mas tema guiado por uma flecha da vontade afirmativa. Afinal, esse personagem conceitual de Nietzsche buscava, nessa travessia, " alcançar o meio dia, o instante da sombra mais curta". Como chegar a essa sombra curta, a esse meio dia em que a agonística das forças da vida está presente, mas o júbilo também, de modo que o assombro pode ganhar o sentido de maravilhar-se?

Nesse artigo, não me deterei em falar do nojo na obra *Assim falou Zarathustra* (1994), mas em apresentar, de forma breve, algumas passagens, na obra de Nietzsche, que nos permitam entender o modo como o niilismo se apresenta, os efeitos dele nos corpos, o jogo de sombra e luz que o niilismo provoca, bem como essas duas faces do assombro na atualidade: aquilo que asfixia, mas também alguns lampejos de "meio-dia".

O niilismo

Nietzsche (2005: 265) dirá, num fragmento póstumo, escrito entre 1887-1888:

Descrevo o que vem: o apogeu do niilismo. Posso descrevê-lo aqui porque aqui ocorre algo necessário. Os sinais estão por toda parte, faltam somente os olhos para esses sinais. Não elogio nem critico o fato de ele chegar: creio que exista uma das maiores crises, um momento da mais profunda auto-reflexão do homem. Se o homem recuperar-se dela, se apoderar-se desta crise, trata-se de uma questão de força: é possível...O homem moderno tenta acreditar logo neste, logo naquele outro valor e depois os deixa de lado: o círculo dos valores que sobreviveram e que foram postos de lado torna-se cada vez mais cheio; o vazio e a pobreza de valores faz-se sentir cada vez mais; o movimento é irrefreável, embora se tente retardá-lo em grande estilo. Finalmente ele arrisca uma crítica dos valores em geral; reconhece sua origem; reconhece o bastante para não acreditar mais em nenhum valor; o pathos está presente, o novo calafrio... O que estou contando é a história dos próximos dois séculos (Fragmento póstumo novembro de 1887- março de 1888 11[119] (362)).

Esse fragmento tem íntima relação com uma discussão presente em *O Crepúsculo dos Ídolos*, na seção intitulada "Como o mundo verdadeiro acabou se tornado uma fábula" - momento em que Nietzsche (2000b) afirmará que a partir da ficção platônica pautada na crença num outro mundo se inicia "a história de um erro", o de transformar a vida num erro, negá-la, para afirmar uma outra vida. Não nos atermos aos detalhes dessa discussão aqui, ela já foi trabalhada em outros momentos.²

O que precisamos entender é que Nietzsche já encontrava os sinais do niilismo no pensamento socrático-platônico, mostrando como o ideal que governa esse pensamento foi guiado por uma necessidade de expulsar da vida os elementos geradores de mudança e da tensão, encontrando, como manobra, a imposição de um modelo de

verdade que, não podendo se sustentar numa realidade trágica, baseava-se na crença na existência de um outro mundo perfeito, imutável e estável. Esse modelo criará as bases para que emergjam, ao mesmo tempo, novos valores sociais, políticos e "existenciais" através de uma nova direção para a cultura das forças na Grécia, alcançável pelo exercício do que ele chama de rememoração ideal: a lembrança do passado ontológico, isto é a lembrança do ser cuja imagem perfeita está no além, a fim de nos desvencilharmos de suas cópias imperfeitas, distorcidas, que estão dispostas no mundo sensível (NASCIMENTO, 2011).

A crença nesse passado do ser que visa negativizar o devir é o que passará a ordenar o *socius*, pois essa moral socrático-platônica triunfou na Grécia e no horizonte da história da filosofia; ou seja, esse germe niilista se tornou a base do pensamento ocidental e se expressa assim: para se pensar a vida, busca-se a verdade do ser e esta verdade produz-se a partir de algo apartado dela e distinto dela. Tais ideais superiores se tornam valores judicativos, endereçando a cultura para o niilismo, isto é, a negação da vida em nome do que ela deveria ser, mas não é. Toda a busca pelo conhecimento do ser, todas as pesquisas em torno das essências e da verdade encontram aqui sua matriz.

Essa moral se expande com o poder de subjetivação do cristianismo, quando o niilismo se aprofunda e passa a habitar a “alma” humana através das noções de má consciência, culpa e pecado, trabalhadas por Nietzsche em *Genealogia da Moral* (1998). O cristianismo surge, então, como uma avaliação da metafísica, avaliação de toda interpretação do “ser” que, pautada no mundo das idéias de um mundo supra-terrestre e verdadeiro, se contraporia ao mundo terrestre, ao corpo, aos instintos. O tipo nascido daí amplifica a imagem do anterior. O desejo e o sofrimento advindos do corpo devem ser aniquilados com a promessa da felicidade extra-terrena. E, mais que isso, devem ser confessados. O homem passa agora a ser vigia de seus instintos impuros. É o momento do “tu deves” e “tu não deves” da cultura. Momento do peso. Momento em que emergem o ressentimento e a má consciência como estratégias de controle “sócio-pastoral”.

Estas forças socioculturais pautadas numa ficção do além são responsáveis pela emergência da primeira imagem do niilismo na nossa cultura, chamado de *O niilismo negativo* (do cristianismo e da metafísica); ou seja, a negação da vida presente em nome de valores superiores, de onde os demais tipos derivam.

É importante assinalar que a relação entre filosofia e política já estava presente tanto no modelo socrático-platônico quanto no cristão, pois se tratava de uma aliança

entre política e moral que servirá de base, na modernidade, para se pensar no governo de condutas. Engana-se, portanto, quem pensa que essas imagens ficaram no passado. Elas se transformaram em modelo de verdade, contaminando a imagem criada para a vida, para a memória, para o pensamento e para a cultura. Não se reduziram à esfera da filosofia e da religião; afinal, percorrem a esfera dos valores que fazem parte do nosso dia a dia, tendo em vista que são elas que dão subsídios à história da representação, produtora de conceitos como universalidade, verdade, identidade, fundamento, legitimidade etc. que estão presentes no modo como interpretamos a realidade até hoje e como a governamentalidade se expressa.

Não sem motivos, tais imagens são chamadas de "sombra de Deus" na modernidade. Porém, aqui, o niilismo negativo se modula em *niilismo reativo*. Ou seja, a negação da vida presente se faz agora pela negação dos valores superiores em nome do progresso da humanidade - é o niilismo moderno, burguês. Dai Nietzsche (2000b: 32) dizer: "O mundo verdadeiro — alcançável? De todo modo, inalcançado. E, enquanto não alcançado, também desconhecido. Logo, tampouco salvador, consolador, obrigatório: a que poderia nos obrigar algo desconhecido?... (Manhã cinzenta. Primeiro bocejo da razão. Canto de galo do positivismo.)"

Então, o que vemos se operar aí, nessa primeira modulação do niilismo, é a instauração de valores substitutivos; isto é, o modelo homem europeu burguês, ao ser colocado no lugar de deus pelas ditas práticas humanas, transforma-se no palco da verdade da vida e ficamos diante de um enorme perigo: a intensificação do niilismo. O que o canto de galo do positivismo produziu? A matematização da existência! O que uma a forma tradicional da história produziu? A invenção do sentido histórico, pensando a modernidade como o ápice do progresso da civilização. E o que mais comparecia nos discursos modernos? A razão como moralidade e a moralidade como controle dos corpos, em que a vida de alguns era depreciada sob justificção científica e a de outros, insuflada: aquelas que mantêm as engrenagens do "progresso da razão" em movimento. O tipo nascido daí é chamado por Nietzsche, ironicamente, de "homens superiores". Tais homens agora escolhem quem deve ser morto e quem deve ser salvo - basta lembrarmos do eugenismo, por exemplo! Tais homens escolhem o modo de narrar a história dos acontecimentos de modo continuísta e fazem esforço para negar/apagar as diferenças, criando um horizonte que justifique a vitória de determinados discursos e práticas, e isso ocorre também no âmbito das ciências e da política. Enfim, tais tipos foram os que produziram a cultura humanística e histórica da modernidade e criaram os

novos ídolos: Estado, Educação, Justiça, o mito da igualdade de direitos, o sentido histórico, o humanismo burguês, liberdade, fraternidade etc. pautados na vontade de poder e na vontade de verdade a ela atrelada.

Ao mesmo tempo, nasce também o *niilismo passivo*, aquele gestado no coração de tipos que percebem que nem Deus, nem o modelo de homem deram certo, mergulhando na negação de todos os valores e, com isso, fazendo predominar, como governo de si, a falta de esperança, a angústia, o fastio, o cansaço, a vontade de nada típica daqueles que Nietzsche chama de últimos homens. Estes perceberão que, nesse percurso, tudo o que foi visto, pela cultura, como aparência (o temporal, o sensível, o corpo, o devir) ocupará o lugar do negativo, do que deve ser banido; que a felicidade prometida na terra não chega e entenderão que não chegará. Eles se encontram diante do jogo trágico da existência, mas com defesas frágeis para lidar com ele e não suportam a visão das catástrofes produzidas por tal projeto moderno. Náusea, nojo, fastio, sufoco são as expressões desse niilismo. Esse tipo prefere um nada de vontade a uma vontade de nada, distinguindo-se, portanto, dos tipos anteriores: seja daquele preso à imagem de Deus e sua vontade, seja daqueles "homens superiores" presos às sombras de Deus.

Na impossibilidade de preencher-se por qualquer promessa e na impossibilidade de fazer de si mesmos uma promessa de vida, transformam seu desejo em falta materializada em estampas do espírito como angústia, melancolia e enfado. Tais estampas, transformadas em governo de si, governam também os outros, criam práticas que sustentam uma imagem niilista para a vida; sustentam, portanto, um novo modo de subjetivação em curso, no século XIX, que definirá o melancólico como aquele que se sente incompleto e anseia por uma completude definitiva que nunca chega. Ele sente tristeza, mas é uma tristeza marcada por raiva, uma amargura, ele sente nostalgia. Já o enfadado é marcado pelo cansaço, por uma sensação de falta de sentido, já que para o enfadado, nada muda. Algo do tipo: pra que fazer algo se toda ação que possa vir a fazer não faz sentido algum? E o angustiado mergulha na experiência de vazio de sentido. Tipos europeus, poder-se-ia pensar. Será?

De todo modo eles percebem que Deus morre, mas a tábua dos valores cristãos permanece e se corporifica em novos ídolos: a adaptação, a evolução, o progresso, a felicidade para todos, o bem da comunidade, o Homem-Deus, o homem moral, o homem verídico, o homem social. São esses os valores novos que nos são propostos em lugar dos valores superiores; são esses os personagens novos que nos são propostos em lugar de Deus (DELEUZE, 1976). O mundo continua dividido em bem e mal. Os novos

tempos buscam negar Deus, mas sobrevivem de sua sombra, isto é, do rebaixamento do homem, de suas forças vitais, através da homogeneização da cultura e da falsa padronização dos homens - afinal, de quem é o metro dessa padronização? Que práticas a sustentam? Apesar do que os últimos homens veem, a vontade de nada continua triunfante!

Sinais de saúde e genealogia

O niilismo triunfa, atinge seu ápice quando a vontade de nada governa o desejo no campo social, quando a reação se junta à negação e o devir reativo se mostra sem rodeios - imagem que aparece em todo seu esplendor nos efeitos das práticas dos homens dos séculos XX e XXI. Séculos narrados por Nietzsche como os do momento ápice do niilismo, mas que não foram vividos por ele, pois seu último escrito data de 1889. Hoje entendemos que o ápice é agora porque não é um mero fenômeno europeu, como muitos poderiam pensar, mas global, e Nietzsche já o via assim.

É importante lembramos, porém, que Nietzsche apostava na intempestividade, sabendo-se niilista, mas também o seu contrário, pois detectou os signos da doença de seu século nele mesmo, mas também os sinais de saúde. Esses sinais de saúde estavam presentes em tipos que furavam o horizonte da factualidade histórica, capazes de desenvolver um olhar crítico para o presente, aqueles que Nietzsche denominou psicólogos finos, os escritores e poetas, alguns de seus parceiros (NASCIMENTO, 2006). Mas Nietzsche também viu outros, chamados por ele de frutos maduros, porém tardios, na leitura que faz, sobretudo, dos gregos arcaicos e dos romanos antigos - tipos que emergiram antes do platonismo e antes do cristianismo, respectivamente. (NASCIMENTO, 2011)

Essa nomeação de frutos maduros, porém tardios, por exemplo, ocorre porque, para Nietzsche, os jogos de força hegemônicos que endereçaram nossa cultura para o niilismo, demonstrando que as forças reativas triunfaram sobre as ativas, assim o conseguiram porque o modo de pensar e executar ações nasceu de corpos enfraquecidos alimentados pela metafísica, pelo cristianismo e pelas ideias modernas; porém, em alguns momentos da nossa própria história, emergiram “tipos” fortes cuja maneira de viver e de ser em nada comungava com esses ideais. Poderíamos dizer que tais tipos encarnam, em seus corpos, as forças ativas que, mesmo abafadas, estão à nossa disposição. Trata-se do devir ativo em ação no desejo. Por isso, o que se colocava em

jogo na perspectiva da moral nobre construída por esses “frutos maduros” é uma diferença em relação a nós, frutos da moral escrava, no modo de diferenciar liberdade e submissão. Para eles, liberdade era a arte de governar a si próprio e submissão, aquilo que nos mantém reféns de algo externo a nós e que, além disso, não nos diferencia uns dos outros. Assim, submissão é a necessidade de pensar e agir como todo mundo, para, a partir dos outros, ter força para nos preservar na vida e acreditar nela. Esse modo de valorar a vida, para eles, era fruto de um pensamento escravo. Por isso, para o nobre, o escravo se tornou escravo não porque seja malvado ou tenha uma “essência” má, mas porque se mostra incapaz de valorar como o senhor, isto é, incapaz de fazer, de suas próprias forças, uma vida plena.

A questão trazida por Nietzsche é a de pensar o tipo de força que é colocado em ação, o tipo de vontade atrelada a essa força, fazendo emergir uma vontade forte, nobre, ou uma vontade fraca, escrava. Para Nietzsche, “nobre” e “escravo” designam formas de vida ou tipos de moral e ele observará que a história do homem e da terra, ao serem manchadas pela fraqueza da perspectiva lançada pelo poder de contágio de forças niilistas da metafísica e do cristianismo, acabaram seguindo um rumo que fez da vontade de potência mero instrumento da vontade de poder. Ou seja, a vida se endereça para um a menos de vida, para ressentimentos com a vida e para formas assumidas na cultura que reforçam esse endereçamento - o que Nietzsche (1998) chamará de “triunfo dos fracos”, na *Genealogia da Moral*.

O resultado disso é que passamos a pensar que só conseguimos viver na dependência direta das forças fora de nós: o Estado, a Igreja, a Justiça etc. porque não sabemos obedecer a nós mesmos, como se necessitássemos sempre de uma instância transcendente para nos governar e dizer como devemos agir, ser e pensar. Por isso, todos os estímulos produzidos por nossa cultura enfraquecem o corpo, arruinam o corpo, como Foucault afirma, apoiado em Nietzsche (NASCIMENTO, 2011). Mas também há lampejos na história em que a dimensão da nobreza das forças fura, mesmo que de forma breve, esse muro. Tudo depende do modo como narramos a história; tudo depende do modo como selecionamos o que ver e ouvir, tudo depende do que sustentamos como “verdade” e se somos capazes de suportar a visão do assombro das escolhas feitas pela maioria de nós - afinal, são elas que sustentam o funcionamento dessa lógica niilista. Enfim, precisamos mostrar toda essa engrenagem, mostrar o que ela tem de mais baixo, mostrar seus baixos começos e não perder a dimensão da vida

que insiste em buscar quebrar suas peças, como os "frutos maduros" e, quem sabe agora, não mais tardios?

A escrita genealógica narra a história como campo de luta e interroga-se: como se produzem os súditos? Sua aposta é sempre abrir caminho para o devir ativo, deixando com que a vida nos interpele e nos interprete. Hoje, de forma ainda mais transparente, o que a vida nos pede é para nos libertarmos do nojo e nos reinventarmos a partir dele, isto é, recusando-nos a continuar a ser uma engrenagem de menos vida para colocarmos a vida em primeiro plano – que, afinal, ultrapássemos a estagnação dos últimos homens. Não a vida da sobrevivência a todo custo, que nos adapta às formas dadas; não a vida que acusa o outro de nossas dores e pede punição para que haja a infantil promessa de ordem; mas a vida que se desenha a partir da forma como habitamos o mundo, como nos conduzimos e produzimos história através de nossas práticas diárias. A vida que nasce da pergunta foucaultiana: como nos ocupamos de nós mesmos?

Abordar a história genealógicamente implica, portanto, adotar uma atitude na qual problematizar e diagnosticar as forças que adoecem o pensamento faz parte de um mesmo processo. E aqui vale retomar novamente Foucault (1979: 71) quando diz, numa conversa com Deleuze sobre a relação entre intelectuais e o poder, que somente lutando contra o poder em nós, isto é, contra as formas de poder que se exercem exatamente onde nós somos, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento – na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso –, é que efetivamente podemos realizar um exercício crítico capaz de problematizar o que nos tornamos para afirmar outros modos de ser, outros modos de ver e, portanto, outros modos de pesquisar.

Somente lutando contra "o fascismo em nós" é que podemos realizar uma crítica radical das formas que nos constituíram até agora. Se olhamos para o jogo de forças e não enxergamos os novos arranjos que agem em nosso íntimo, não entendemos que as formas decorrentes só se mantêm e podem retornar porque as sustentamos. E tampouco percebemos que tal retorno não é o retorno do mesmo, pois a relação de forças, o embate entre elas, sempre produz novos cenários e é preciso estar atento, também, aos seus lampejos de resistência. Assim, sem nos darmos conta, acabamos reforçando o eterno retorno do mesmo e, com isso, perdemos também a dimensão dos novos perigos, a genealogia das problematizações. E aqui me lembro de Foucault, que, com sua flecha afiada, nos diz que não podemos olhar para tudo e dizer que tudo é ruim, mas sim que tudo é perigoso, pois, se tudo é ruim, há paralisia, não há o que fazer; mas se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer (FOUCAULT, 2010b: 299).

No contemporâneo, um desses novos perigos é a constante estimulação, pela mídia, governo, mercado e fundamentalistas de plantão, dos afetos de raiva e ódio perante a vida, manipulados e direcionados a outros que, supostamente, seriam os geradores de tais sensações. E aqui, novamente Nietzsche se mostra extemporâneo, quando o seu Zarathustra, na seção endereçada aos virtuosos, diz:

E outros têm orgulho de seu punhado de justiça e em nome dela cometem ultrajes contra todas as coisas: de modo que o mundo se afoga em sua injustiça. Ah, que náuseas, quando lhes sai da boca a palavra “virtude”! E, quando dizem: ‘sou justo’, soa sempre igual a ‘estou vingado’! Com sua virtude querem arrancar os olhos dos inimigos; e se erguem apenas para rebaixar os outros” (NIETZSCHE, 1994: 91)

Esse estado de vingança é, portanto, alimentado pela covardia de assumirmos as engrenagens que ajudamos a sustentar e pelo esquecimento das resistências que dão colorido à nossa história e que ajudam a criar novos arranjos para o nosso mundo. Ao invés disso alimentamos, pela covardia e/ou ignorância, uma história que não nos prepara para a vida e a ação.

Não vemos que os afetos nascem do encontro do corpo com o mundo; portanto, a narrativa criada para esse encontro pode furar a história ou mantê-la do mesmo jeito, sobretudo num momento em que tal encontro é transformado em mercadorias da biopolítica, e é, paradoxalmente, fonte de investimento e de anestesiamento - afinal, os tipos de afeto em que há maior investimento são justamente aqueles que derivam das sensações que se dão no corpo e que partem da tristeza, como Spinoza (2007) nos ensina, na proposição XI do *Ética*: o medo, a melancolia, o desespero, o ódio... afetos que materializam o devir reativo e produzem doenças, e estas alimentam o mercado. Como nos lembra Deleuze (1978: 14)

Quando sou afetado de tristeza, minha potência de agir diminui, ou seja, eu estou ainda mais separado dessa potência (...) Spinoza quer dizer algo muito simples, que a tristeza não torna ninguém inteligente. Na tristeza estamos arruinados. É por isso que os poderes têm necessidade de que os súditos sejam tristes. A angústia jamais foi um jogo de cultura da inteligência ou da vivacidade. Quando vocês têm um afeto triste, é porque um corpo age sobre o seu, uma alma age sobre a sua em condições tais e sob uma relação que não convém com a sua.

Assim, sem que percebamos, nosso olhar é facilmente capturado pela força desses estímulos, como se as forças do mundo, nesse momento, materializassem um desejo niilista coletivo, em que ausência de beleza parece sugerir, também, estrofes das relações consigo e uma vontade de fugir do mundo e de, supostamente, não mais sentir nada. Diante de um mundo globalizado em que a comunicação de nossos estados se faz

de forma instantânea e ganha literalmente o mundo, poderíamos dizer que há uma globalização do niilismo em todos os seus tons: negativo, reativo e passivo.

Tudo isso nos faz lembrar Pelbart quando, em *O Averso do niilismo: cartografias do esgotamento*, apresenta o niilismo contemporâneo como biopolítico, dizendo que "a biopolítica é a concreção socio-histórica, psico-política, afetivo-subjetiva do próprio niilismo" entendido como a escalada da negação da vida, que, no entanto, traz embutido, na sua contraface, o elemento afirmativo" (PELBART, 2013: 14). E aqui podemos lembrar, a título de exemplo, o movimento dos secundaristas em São Paulo, no ano de 2016, que, como Pelbart aponta, na carta aberta que escreveu aos estudantes³, prolongou o que melhor houve em 2013 – afinal, o experimento desses meninos e meninas colocou em cena a vida multitudinária nas escolas, nas ruas, nas praças, nas instâncias de poder, equivocando um certo modo de gestão da vida que não se reduzia ao ensino escolar, mas permeava a própria engrenagem que sustenta formas de vida que alimentam o niilismo biopolítico: o produtivismo desenfreado, a precarização generalizada, o fascismo da polícia militar protegido e estimulado pelo governo, a mercantilização da educação, as relações de poder, a priorização do privado em detrimento do público etc.

Pelbart, aqui, nos ajuda a lembrar que Nietzsche não se contentou em anunciar e/ou denunciar o niilismo, mas buscava as ferramentas para libertar-se dele - e esse será o caminho adotado no presente artigo. Por isso, observamos na abertura desta seção Nietzsche dizer que não critica nem elogia o fato do niilismo chegar a seu apogeu nos séculos XX e XXI, afirmando que, nesse momento, existirá "uma das maiores crises, um momento da mais profunda auto-reflexão do homem. Se o homem recuperar-se dela, se apoderar-se desta crise, trata-se de uma questão de força: é possível".

Uma breve explicação da contraface do niilismo no Zaratustra: o niilismo da força

Se recorrermos ao *Crepúsculo dos Ídolos*, seguindo a última parte da seção "Como o mundo verdadeiro acabou se tornado uma fábula" (2000: 32), veremos Nietzsche dizer: "Abolimos o mundo verdadeiro: que mundo restou? o aparente, talvez?... Não! Com o mundo verdadeiro abolimos também o mundo aparente! (Meio-dia; momento da sombra mais curta; fim do longo erro; apogeu da humanidade; *incipit* zaratustra [começa Zaratustra])".

Nietzsche nos aponta aqui para a travessia do niilismo; que a travessia dessa história como um erro foi iniciada pelo personagem conceitual, o Zaratustra. Através desse personagem, a postura de Nietzsche é clara, como salienta Machado (2001: 128): "enquanto se sentir nojo, náusea, se é niilista". Daí por que a problemática da libertação do nojo está tão presente no *Zaratustra*. Zaratustra é afetado pelos encontros com os diferentes tipos que expressam distintos modos de subjetivação em curso na modernidade (século XIX); porém perceberá, em seu corpo, que tais modos só vão intensificando cada vez mais o endereçamento niilista da cultura ocidental. Mas, em um determinado momento, consegue se libertar desses traços em seu corpo, paradoxalmente quando se vê frente ao maior dos perigos: o nojo do homem e também a grande compaixão por ele. É também o momento em que entra em contato com o enigma do eterno retorno: o retorno das forças reativas e também o das ativas, na história, com especial atenção para o instante criador, para a dobradura do tempo que aparece em lampejos - acontecimentos que apontam para o que ainda não existe, para o que ainda não foi formulado pela própria história.

Nesse momento, o que Nietzsche retrata é a experimentação corporal de Zaratustra com o niilismo passivo e seu contrário, o niilismo da força. Zaratustra é capturado pelo nojo diante da visão de que não é possível haver aperfeiçoamento do homem no sentido de progresso da humanidade. Não há moral que nos console. No entanto, há aqui a possibilidade de construir o que Nietzsche chama de niilismo da força, exercício que foi guiado pela visão da afirmação do eterno retorno da diferença, capaz de provocar "a visão do meio dia" - instante da sombra mais curta, que liberta Zaratustra do fastio.

Zaratustra encarna o último homem, o que se encontra no ápice dessa crise. Como vimos, sente-se impotente porque não crê em mais nada e também não cria, pois nem os valores divinos nem os humanos lhe dão contorno. Por isso, nele, o niilismo se apresenta de forma passiva, pois prefere um nada de vontade a uma vontade de nada; mas, ao mesmo tempo, encontra-se diante do momento de viragem das forças e diante de um risco: a possibilidade de afirmar o acaso ou sucumbir diante da sua "verdade". Assim, encontrar-se nesse limiar, nessa linha de tensão - no qual o nada, a ausência de sentido, se apresenta em todo seu esplendor -, indicará o rumo das forças, abrindo espaço para a criação (niilismo ativo) ou o declínio da força (a sustentação do devir reativo da cultura). O que precisamos destruir para que haja criação, transvaloração dos valores? E que forças, em nós, usamos para isso? As que brotam do desejo de mudança

ou as que derivam do ódio, do veneno do ressentido, que também destroi, mas no horizonte da negação?

Como salienta Kossovitch (2004: 131), aqui a ascensão e a queda não se excluem, e o nada, que é comum ao niilismo negativo e ao positivo, examinado ao nível das forças, deve suscitar uma inversão do querer: as forças agirão no plano ativo de criação e destruição. Nesse jogo de forças, uma nova seleção emerge e o "tipo" vindouro será aquele que pode afirmar a intensidade das forças; portanto, trata-se de um modo de existência que está em vias de se criar, necessitando destruir a forma "homem" anterior. Logo, não é derivação ou evolução de uma forma para uma melhorada, mas um modo inédito, nascido do ultrapassamento do sujeito e das formas e práticas daí decorrentes. Ou seja, é um convite para a quebra de toda a forma de representação.

Agora podemos entender que o "último homem" está diante do último perigo, mas também do júbilo. A virulência do niilismo ativo, afirma Kossovitch (2004: 127), está em seu poder de destruição, que não visa os valores, mas a aniquilação das forças que os propagam, no qual a força de viragem torna-se querer do não-sentido, amar o acaso. Os tipos que conseguirem ter força para suportar essa visão podem fazer dessa experiência um conhecimento da vida para a vida, isto é, agora têm possibilidades de investigar os tons nos quais o niilismo se apresentou e entender que a força do niilismo que os sufoca pode libertá-los, pois não têm mais amarras que os prendam aos valores traçados como necessários à sua existência. Podem perceber-se como uma abertura para um novo ciclo, isto é, o indício do fim de uma história para a abertura de outra que está em vias de se fazer. E, embora Nietzsche acentue que é possível que sejamos lançados num novo tipo de pessimismo, esse pessimismo será o da força, isto é, o "que não permite mais as falsificações da vida pelas ideias, nem pelos eufemismos e que corajosamente olha de frente e diz Sim ao mundo, à terra, à vida, ao destino do homem". O mundo, para o homem que vence o niilismo nele mesmo, se abre, torna-se novamente infinito, posto que, agora, passível de infinitas interpretações - portanto, desconhecido e amado.

Tarefa difícil, mas que, ao mesmo tempo, não é um convite recente, conforme vimos. Poderíamos dizer então que hoje ele só está mais escancarado.

Niilismo como biopolítica: por que a transparência nos assombra?

O nojo da sujeira pode ser tão grande que nos impeça de nos limpamos - de nos "justificarmos" (NIETZSCHE, 1992: 75).

Estamos diante do enigma do eterno retorno, quando, ao mesmo tempo, as forças reativas retornam, mas, não podemos esquecer, a diferença também retorna. Embora seja difícil digerir esse acontecimento, tal movimento não é novo; a novidade são os instrumentos usados e seus efeitos ou, talvez, sua transparência, que poderia ser vista como o "apogeu do niilismo" - que, como o próprio Nietzsche anteviu, se apresentaria nos séculos XX e XXI, podendo agora ser pensado como os desdobramentos que surgiram depois da Segunda Guerra e o refinamento do capitalismo na sua forma de controle.

Tendo em vista que a história do Ocidente foi construída sobre fundamentos niilistas, esse niilismo dos fundamentos, cedo ou tarde, não poderia deixar de vir à tona, como tão bem assinala Pelbart (2006: 207). E é exatamente na modernidade que a construção desse todo é colocada em xeque: o homem produto da cultura é perfeito do ponto de vista das forças enfraquecidas, é a perfeição do escravo, a perfeição da obediência às forças reativas. A dívida do homem, antes contraída com Deus, continua infinita, mas agora ele deve obediência ao Estado, às leis, ao capital - ele deve obediência à conservação daquilo que o mantém e não daquilo que expande suas forças. Essas forças o comandam e dividem o rebanho. O novo pastor, desde a modernidade, é o Estado.

A lógica que alimenta o Estado é a constante produção do "paraíso" na terra, do "progresso" inscrito em torno do dinheiro, do conforto, da segurança, da ascensão social, enfim, dos signos de poder, que poderia ser consumido se aceitarmos o jogo do capital, se nos deixarmos ser jogados por ele, se não equivocarmos sua lógica, se fecharmos os olhos para a sua face obscura de extermínio e segmentações, a face que dizima a maioria numérica, pensada como modo de vida menor, descartável, incômodo, inumano, pois o metro da humanidade é definido por quem pode "prosperar" dentro dessa lógica, dessa valoração da vida que veio se desenhando desde a modernidade.

Essa valoração se torna mais evidente, mais transparente, no contemporâneo brasileiro, quando vemos como foi montado o golpe parlamentar-financeiro-midiático-jurídico-policia-religioso, o que ele pôs para funcionar na sociedade e como a sociedade o sustenta. Vestes novas do niilismo, atualmente vestes biopolíticas que, no

entanto, se desnudam. Não sem motivos, nosso assombro diante da transparência dos jogos de força de seu corpo e do efeito dessa transparência, nas redes sociais, é expresso pela imagem do bonequinho vomitando (*emoticon*), sobretudo quando aparecem, na *time line* das pessoas, as atrocidades cotidianas ligadas a discursos-práticas governamentais nessa modalidade de golpe de Estado. O que faremos, se a crença na democracia representativa não nos salvou? Se a consagração da democracia em sua aliança com o capitalismo, após a queda do muro de Berlim, criou a fachada do mito da universalidade dos direitos humanos, mas, ao ser governada pelo capital, jamais protege "todos os humanos", mas cria um novo muro, separa quem é e quem não é humano para ter direitos a partir dos valores econômicos? O que faremos se os próprios governos são os seus maiores violadores? Como alerta Foucault (2010 a: 106), "não exijam da política que restabeleça os "direitos" do indivíduo, tais quais a filosofia os definiu. O indivíduo é o produto do poder". E, continua ele, serão os grupos o constante gerador de "desindividualização".

Suely Rolnik, num belo ensaio chamado "A nova modalidade de golpe de Estado: um seriado em três temporadas"⁴, analisa muito bem o que chama de "a nova dobra do capital", descrevendo a forma assumida pelos golpes do capitalismo em sua face financeirizada e neoliberal, que incidem na própria vida e na sua potência de ação criadora. A autora mostra a junção de forças reativas que geram o que chamamos de assombro: o poder do mercado financeiro aliando-se com representantes das forças conservadoras em vários países, em que, como capangas, as últimas se incubem "do trabalho sujo imprescindível para a instalação de um Estado neoliberal: destruir todas as conquistas democráticas e republicanas, dissolver seu imaginário e erradicar da cena seus protagonistas – entre os quais, prioritariamente, as esquerdas em todos os seus matizes".

A estratégia usada, como Rolnik bem salienta, se dá no plano narrativo, pela manipulação ficcional do discurso. Embora, lembra também a autora, tal manipulação venha sendo usada pelo capitalismo desde sua fundação, a diferença é que hoje, em função da velocidade com que circulam as informações, proporcionada pelas novas tecnologias de comunicação de que dispomos, há um aprimoramento deste dispositivo do poder, uma linguagem mais sofisticada proporcionada por técnicas de publicidade que, divulgadas em tempo real, e produzindo temor e insegurança, controlam mais facilmente os desatentos. Até porque há uma outra diferença em relação aos alvos geradores desses afetos. Agora o foco que produz aderência é o fantasma da corrupção,

um alvo moral que, tal como apregoado pelos capangas conservadores, estaria ligado à esquerda. Dessa maneira, dirá a autora, se, no imaginário social, a esquerda se diferenciava dos demais políticos por suas virtudes morais, ela, estando ligada à corrupção, precisa ser banida, bem como seus projetos: demoniza-se tudo o que surgiu a partir dela! Decepcionados, ficamos apáticos, nenhuma moral nos consola. E, com essa ferida moral aberta, os discursos "fundamentalistas" e da "bancada da bala", gêmeos sinistros, encontram passagem, pois o problema agora é devolver moral à vida.

Tais discursos aderem tanto na parte da população que mais sofre a ação sangrenta do Estado (aqueles que não têm a senha para fazer circular o fluxo do capital) quanto nos que a possuem. Mas, também precisamos dizer, não produzem aderência nos corpos das pessoas que tenham construído modos de vida libertários, independentemente do segmento social. Os primeiros acreditam precisar do apego ao pastor e à tábua de valores do antigo testamento para que o mundo seja refeito - e aqui, defender a "bancada de bala" não parece um paradoxo, porque os inimigos da moral (cultos afro, modos de vida lgbt, liberdade feminina e a esquerda que possibilitou tais expressões na vida pública) são inimigos do Senhor - e os segundos se agarram ao Deus mercado e individualizam ainda mais suas ações, desejando o extermínio da esquerda e também dos primeiros – embora, tal como eles, defendam "os valores cristãos" e condenem práticas que se diferenciem da normatividade branca, heterossexual, cristã. A diferença em relação aos primeiros é que os segundos podem entrar no jogo da flexibilidade e criatividade e podem dizer a si mesmos: a política caducou, preciso ser empresário de mim mesmo para sobreviver, e os inimigos de meu ganho são os que não têm como consumir o que eu venha a produzir; e mais, tudo o que produzi até agora foi usado, pelas políticas públicas, para sustentar quem não trabalha, os pobres.

Todos participam do jogo do capitalismo financeirizado, mas os segundos, mesmo esbravejando contra a política, elegem empresários como seus representantes e dizem que os pobres atrapalham sua segurança. Nos dois tipos morará o maior dos perigos: "separar o corpo do que ele pode", inserindo entre corpo e mundo uma ficção que os governa: seja a divina, seja a do deus mercado - e assim, o caminho da manipulação, pelas novas formas que o capital assume, fica ainda mais fácil. Já os terceiros, embora libertários, podem correr o risco de entrar num niilismo passivo e/ou acreditar que ainda existam ídolos que os representem na democracia representativa, sendo guiados pela aposta no deus-Estado.

Portanto, o que vemos é um investimento massivo no desejo reativo. Aqueles que se deixam governar por esse desejo produzido no campo social inevitavelmente se alinham com as demandas conservadoras em curso e, lembra Rolnik, a materialização disso foi a vitória de Trump, bufão psicopata e nacionalista ao extremo, escolhido para a presidência dos Estados Unidos. E também, em solo brasileiro, entre aqueles que defenderam o golpe e aplaudem a última medida adotada até então pelo presidente golpista: O DECRETO nº 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018⁵, que trata da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro e que ficará, a princípio, até 31 de dezembro de 2018, tendo como objetivo, de acordo com o documento, "pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública" que tanto os desatentos quanto os atentos e compactuadores com a continuidade do golpe desejam que se expanda para outros estados da federação. Como se fosse necessária a militarização do Rio de Janeiro; como se militarização e polícia não fossem estrofes de uma mesma prática, e mais: como se fosse possível pensar que as forças armadas são um "melhoramento da polícia civil e militar", já que estas não resolvem o problema da segurança pública, quando, na realidade, estamos diante de "um samba de uma nota só" - aquele cujo refrão só faz "sambar" os direitos à vida; como se o Estado do Rio de Janeiro estivesse contando com o apoio inédito das forças militares no suposto "combate ao crime"; como se as operações que carregam o emblema GLO (Garantia de Lei e Ordem)⁶ fossem uma solução, esquecendo que não só estão em curso no Rio de Janeiro desde julho do ano passado (2017), como já existiam desde os anos 1990⁷! Será que já não nos familiarizamos com seus efeitos, e a quem atendem? Pelo visto, precisamos ativar nossa memória para o que já ocorreu e ocorre, e falaremos disso mais adiante.

No momento, importa-nos assinalar que sua novidade e seu novo perigo é que, pela primeira vez após a redemocratização do país, as forças armadas não atuam em parceria com as polícias, mas o Governo Federal assume o comando da segurança pública no lugar do Governo estatal. Percorrendo o Decreto, vemos surgir uma nova figura: o interventor, tal como exposto no Art. 2, que, inclusive, o nomeia: General de Exército Walter Souza Braga Netto. E, em destaque, lê-se no parágrafo único: " O cargo de Interventor é de natureza militar". Mais à frente, o Art.3 do Decreto - servindo-se do artigo 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro ⁸, que trata das atribuições do governador e do Título V da mesma Constituição, que versa sobre a segurança pública e os órgãos responsáveis por ela - dá a esse interventor a responsabilidade de assumir as atribuições do governador do Estado ligadas à segurança pública. Além disso, no inciso

1º desse mesmo Artigo 3, dirá que "o Interventor fica subordinado ao Presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitarem com as medidas necessárias à execução da intervenção". Já no inciso 5º, dirá ainda que "o Interventor, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, exercerá o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública"⁹

Não sem motivos, esse Decreto "salvador" nasceu num momento em que o pacote de medidas que retira direitos trabalhistas, a PEC da Reforma da Previdência (PEC 287/16)¹⁰, não agradou à população e, em função das eleições próximas, parlamentares que antes o apoiavam recuaram - afinal, poderia atrapalhar a continuidade do golpe após eleições tanto a nível federal como estadual, sobretudo num momento em que mesmo o ex-presidente Lula tendo sido condenado, no final de janeiro, a 12 anos e um mês de prisão pelo tribunal de segunda instância, em Porto Alegre, numa outra evidente farsa jurídico-político-midiática do governo, ainda lidera as pesquisas de boca de urna¹¹, mesmo sem poder concorrer. E também não é de se espantar que por todos os lados se alardeie que, com o Decreto, a PEC da Reforma da Previdência e demais projetos de emenda constitucional precisem ser suspensos durante o período de intervenção, como determina a Constituição Federal em seu artigo 60.¹² Isso não significa o seu fim, mas uma pausa estratégica para amansar a população. A velha-nova flecha da moral que guia esse Decreto diz: "estamos atravessando uma guerra contra o crime" e, somada a ela, ou antes, sustentando-a, observamos a mídia investir bastante em imagens de violência e usar e abusar das palavras guerra de facções, tráfico, narcotráfico, terrorismo. Palavras-imagem que têm o poder de fabricar medo e preparar o terreno da democracia representativa. Num átimo de segundo, grande parte da população é levada a esquecer as violações cometidas pelos governantes e a se voltar para o pedido de segurança.

Mas a transparência das forças é tão gritante que, mesmo antes do decreto ser aprovado no Senado, notícias dos jornais já mostravam que o ministro da Defesa, Raul Jungmann, anunciava que a gestão federal preparava uma série de mandados coletivos de busca e apreensão para bairros inteiros do Rio¹³. Enquanto se discute se essa manobra irá ocorrer ou não, já que a OAB e a Defensoria Pública do RJ já se pronunciaram contrárias a tal medida por não ter respaldo constitucional¹⁴ (o que é uma novidade, talvez um lampejo de "sanidade"), outras ações que ferem direitos já entraram em vigor a apenas dois dias de sua execução. Começamos a ver a prática militar em ação nas manchetes. Nelas, estampam-se crianças com uniforme escolar sendo constrangidas ao ter suas mochilas reviradas quando iam para a escola¹⁵ (ferindo,

conforme aparece nas notícias, o artigo 232 do ECA¹⁶). A tecnologia então nos ajuda, pois ela foi compartilhada 50 mil vezes, sendo acompanhada de comentários como "é surreal", "a pior imagem que você vai ver hoje" e "Exército brasileiro humilhando crianças"..., etc. Porém, ao mesmo tempo, uma outra imprensa age, alegando que a imagem é falsa. A manobra utilizada é a de nos iludir com uma imagem semelhante, datada de 1994¹⁷, e dizendo que não é isso que está acontecendo agora - o que só torna mais visível como tais práticas não mudam! Outra ação condenada por diversas entidades, incluindo juristas, e estampada nos jornais foi a imagem dos moradores de uma determinada favela sendo fichados¹⁸ - só podiam sair do território depois que fotos deles fossem tiradas, seguindo-se a apresentação do RG - infringindo garantias constitucionais (direito de ir e vir e liberdade de expressão), conforme salientaram representantes da OAB-RJ, ainda mais sem haver suspeita de ato ilícito que "justificasse" tal abordagem. O Exército tenta impedir a imprensa de noticiar. Enfim, não é à toa que os militares não querem que suas ações sejam julgadas pela justiça comum¹⁹. Essa questão é a que mais preocupa...

A manobra jurídica propiciada pelo Decreto, nunca vista antes, lança-nos, assim, na lembrança da Ditadura - afinal, um dos Estados estaria literalmente sob o comando de militares. Essa lembrança é altamente estimulada para produzir medo e, junto com ele, o recuo das vozes nas ruas e o esquecimento das forças que propiciaram o avanço dos movimentos sociais em nossa história. Porém não se trata mais de Ditadura: não há mais necessidade de ações sangrentas e escondidas produzidas pelo Governo nesse momento de total transparência de todas as forças. Trata-se da instauração de um estado de exceção, propiciado por manobras jurídico-midiáticas e práticas fascistas decorrentes de um novo tipo de governo que se dá a céu aberto, controlando a população pela produção de subjetividades: pelo manejo dos afetos, da memória e do discurso em prol do mercado financeiro, não havendo, assim, "necessidade" de um golpe militar e ditaduras, simplesmente porque os golpes em curso se alimentam das engrenagens da própria democracia representativa que, por sua vez, sustentam o Estado (e este é sempre sangrento)! Também as dobraduras nesse processo se dão de forma diferente e nos distanciam daquelas vigentes na época da ditadura: as ações vêm sendo monitoradas e replicadas *on line* com os novos recursos tecnológicos de que dispomos hoje, e isso muda alguns posicionamentos, como os da OAB, por exemplo, que, em outro momento, nos anos 1990, agia diferente, conforme veremos. E também nos convoca a ocuparmos

as ruas a partir de novos arranjos, como os que brotaram em 2013, conforme veremos, e a construir novos discursos que não sejam o da moral vigente.

Como não cair na mesma armadilha e abrir espaço para os lampejos de niilismo da força

Para que relembremos como funciona a lógica militar em intervenção em comunidades sob o slogan da segurança pública na democracia representativa, faz-se importante percorrer, de forma breve, a pesquisa de Coimbra sobre a *Operação Rio*, ocorrida em 1994, que mostra o fracasso da intervenção ou seu sucesso, dependendo do para quem - afinal, a quem atendem as muitas mortes que ocorreram, o uso do recurso a "autos de resistência e a técnica de retirar os corpos do local onde foram assassinados, deixados nas emergências de hospitais públicos para impedir os exames da perícia local, como relata a autora? (2001: 152).

Tal Operação surgiu de um convênio entre a União e o estado do Rio de Janeiro para supostamente reprimir a violência urbana. Embora no caso não se tratasse legalmente da GLO - definida como missões de Garantia da Lei e da Ordem que ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem, regulada pela Constituição Federal, em seu artigo 142²⁰, pela Lei Complementar 97, de 1999²¹, e pelo Decreto 3897, de 2001²² -, mas de "reinserir a presença do Estado e promover a redução da criminalidade na comunidade X do RJ", a lógica é a mesma da utilizada nas operações da ECO-92, que se baseavam na GLO, embora sem amparo legal na forma Decreto, o que só se materializou em 2001.

Coimbra fez questão de analisar e acompanhar o modo de subjetivação em curso nos anos 1990 em torno da questão da segurança pública, mostrando, dentre outras coisas, como se produziu o mito das classes perigosas e como os discursos que sustentam tal mito se materializavam nas práticas de extermínio da parcela da população que seria sua expressão: os pobres, os negros, os favelados que agem contra os "homens de bem" (bens): os empresários, a classe média e alta. Tanto que uma das chamadas dos jornais dizia: "Empresários querem Exército nos morros"(COIMBRA, 2001: 140).

Nos diversos jornais pesquisados, antes da Operação ser uma realidade, a autora percebe que foi recorrente, ao longo de 1994, afirmar-se que houve "perda da autoridade do governo estadual para lidar com os "bandidos", que a polícia também não os controlava, de modo que os traficantes dominavam a cidade" (2001: 145). Ao mesmo tempo, estampavam-se notícias de corrupção envolvendo o Executivo Estadual e as

polícias civil e militar, deixando aberta, assim, a área da segurança pública para uma intervenção e já pensando nas eleições próximas (Presidente, Governador, Deputados e Senadores). Qualquer semelhança com as práticas em curso hoje não é coincidência!

As manchetes vão dando cada vez mais destaque ao pedido dessa parcela da população: "Comerciantes, empresários e entidades pedem, ainda no mês de julho, ao governo federal "um basta à violência no Rio" (2001: 147), e a elas vão se somando os pedidos, agora de leitores dos jornais, de presença do Exército, ao passo que jornais de outros estados reforçam a situação de violência no estado fluminense. Com isso, a questão da segurança pública tornou-se o principal tema nos debates políticos estadual e federal (2001:p.157) até que, em outubro de 1994, foi anunciada a "Operação Rio", sob os aplausos de juristas, políticos e várias entidades, baseando-se na forma de "estado de defesa" previsto na Constituição no artigo 136 (2001: 159), apoiada pela OAB e que implicava "a restrição e supressão das garantias individuais, quebra de sigilo telefônico e correspondência" (2001: 157).

Nessa operação, que durou de novembro de 1994 ao final de maio de 1995, alerta a autora:

Centenas de pessoas foram presas arbitrariamente, várias torturadas e mesmo seqüestradas, milhares de casas invadidas, os mais variados roubos perpetrados, escolas, igrejas e centros comunitários utilizados para operações militares e transformados em centros de triagem e torturas. Toques de recolher vigoraram em quase todos os locais e morros invadidos, num flagrante desrespeito ao direito de ir e vir. A imprensa desrespeitada e mesmo impedida no seu direito de noticiar, pois todo jornalista para acompanhar as "operações" tinha que se credenciar no Comando Militar Leste, embora o Exército não informasse quando e onde seria a próxima investida e nem permitia que a imprensa estivesse presente nos locais onde estivesse "atuando" (COIMBRA, 2001: 161).

Mas a imagem que se vendeu, num primeiro momento, foi a de que "a operação de guerra" saía vitoriosa em suas primeiras incursões, sobretudo na primeira semana; porém, aos poucos, opiniões contrárias a incursão aparecem, quando algumas entidades, como a OAB, que antes havia apoiado a intervenção, se dão conta das arbitrariedades e violação cometidas: "crianças revistadas e agredidas, casas invadidas sem nenhum mandato, pessoas "até com" documentos presas arbitrariamente, todos os moradores das "zonas perigosas" revistados sunlariamentelpresos "clandestinos" levados para locais também "clandestinos" e ignorados, cujos nomes não são fornecidos à imprensa e nem tornados públicos" (COIMBRA, 2001: 165).

Assim, alguns jornais não puderam deixar de falar sobre isso, sobretudo quando aparece pela primeira vez a denúncia da prática de tortura no Morro do Borel, em

novembro, na maior invasão feita até aquele momento e, logo em seguida, outros casos de tortura vêm a público (COIMBRA, 2001: 166).

Fiz questão de acentuar essas passagens da pesquisa de Coimbra para assinalar o perigo que nos espreita quando a lógica das forças armadas impera. Como bem lembra a autora, a violação de direitos é uma prática que se ancora, ainda, na Doutrina da Segurança Nacional, de modo que, nessa operação, era comum ouvir dos militares que defendiam a intervenção no Rio que se tratava de "uma guerrilha urbana não ideológica" - trocando assim os supostos subversivos de ontem pelos supostos traficantes de hoje, estando incluídos nessa categoria os pobres, negros e favelados. E pudemos observar que, nessas incursões, o mito da guerra civil, o mito da incorruptibilidade das forças armadas e a naturalização da tortura foram as imagens que mais se destacaram nesse modo de subjetivação em curso para garantir a suposta eficácia das operações.

Curiosamente, ao buscar entender como as forças armadas se portam diante da demanda da GLO na atualidade, encontrei um texto, escrito numa revista chamada "Anfíbio", do Corpo de Fuzileiros Navais, datada de 2015²³, intitulada "Operação São Francisco: Análise do emprego do GptOpFuzNav em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)", que se referia à Operação Rio IX - São Francisco (Complexo da Maré), em 2014. Lembremos que, em 1994, foi exatamente na Maré que se tornaram visíveis as torturas durante uma operação militar que foi, inclusive, noticiada pela imprensa, como já salientamos. O autor do texto, um Capitão de Fragata chamado Henrique de Castro Pinto Homem, deixa claro que a ação em questão tratava do emprego dos "meios militares em contribuição direta à Política de Segurança Pública vigente no Estado, de modo a criar condições para instalar Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em comunidades com presença de Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP)" (PINTO HOMEM, 2015: 57).

A sigla APOP, segundo o próprio autor (2015: 57), tem origem "no *Manual MD33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem*" (2014), do Ministério da Defesa. APOPS significam "pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio." (2015: 57). Mais à frente, o autor dirá que as ações adotadas para contê-los deveriam abarcar táticas similares às adotadas nas OMAU - Operações Militares em Ambiente Urbano -, a saber: isolamento, avanço e "limpeza". Embora não explique de forma clara o que entende por "limpeza", destaca a palavra e diz que "o conceito de "limpeza" das OMAU, na Maré, foi adaptado em função da restritividade das regras de

engajamento, decorrente do tipo de missão (GLO)", mas deixa claro que o objetivo é "o controle positivo da ZAç" (zona de ação), retirando dos APOP a liberdade de movimento necessária à efetivação de ilicitudes" e que "a experiência gerada pela "Maré" trouxe (...) seu primeiro grande legado doutrinário" (2015: 61) .

A fim de explicar o tipo de desafio que as forças armadas (FAs) encontrariam nessa missão, dirá ainda que "a Força se veria diante de um desafio similar ao dos Conflitos de Quarta Geração, descrito por William S. LIND",²⁴ num artigo que fez em parceria com militares americanos, em 1989. Ao pesquisar quem é esse autor, descobro que é amplamente reconhecido nos E.U.A, sobretudo nos meios militares, como o promotor mais importante da teoria da conspiração do "marxismo cultural" (estratégia discursiva muito utilizada hoje pelos conservadores de plantão e seus capangas). O conceito de quarta geração da guerra passou, a partir desse escrito, a ser associado à guerra assimétrica e à guerra antiterrorista. Escrito em 1989, estava no auge do final da guerra fria e seu desdobramento aponta para a formação de novos inimigos em potencial, os "terroristas", numa espécie de guerra preventiva, e tendo como arma a guerra Psicológica Midiática - expressões usadas por Lind.

O capitão Pinto Homem acentua, do artigo de Lind, as três gerações dos conflitos modernos e destaca a quarta geração da seguinte maneira:

*ao estudar as campanhas militares reinantes a partir dos anos 80, particularmente a Primeira Guerra do Iraque, Lind percebeu um novo padrão de conflito e acrescentou a Guerra de Quarta Geração aos tipos de conflitos modernos. Segundo Lind, a Guerra de Quarta Geração se revela, basicamente, **pela assimetria entre os opositores e pela presença de opositores não estatais** (grifos nossos).*

Os opositores dessa guerra, dirá o capitão, seriam os APOPS, que ele nomeia como opositores não estatais, dizendo ainda que as ações, nessa guerra, alinham questões de segurança e defesa; transcendem a esfera militar; sofrem a influência de Organizações Não Governamentais (ONG), movimentos sociais, instituições filantrópicas e grupos sociais diversos; caracterizam-se ainda pela "**impossibilidade de controle sobre os meios de comunicação de massa e o acesso irrestrito à informação digital, limitando a capacidade estatal de moldar a opinião pública**" etc (2015:.57, grifos nossos)

O autor cita ainda o artigo "O Desafio da Transformação"²⁵ de um coronel chamado Alessandro Visacro, do Exército Brasileiro, que descobri ser autor do livro *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História*, escrito em 2009. Minha curiosidade me levou a esse livro e, nele, o autor

chamará de guerra irregular as formas de combate que se tornaram mais usuais desde o século passado, ligadas ao combate ao terrorismo, à guerrilha, à insurreição, aos movimentos de resistência e conflitos assimétricos em geral. Diz que grupos insurgentes, organizações terroristas e facções armadas (tudo na mesma série) são os principais protagonistas desse conceito. Na abertura do livro lê-se que

a onipresença da mídia, o assédio de organizações humanitárias e a influencia da opinião pública sobre a tomada de decisões políticas e militares tem se tornado o cenário onde exércitos nacionais permanentes, com orçamentos dispendiosos e moderna tecnologia, parecem ineficazes e antiquados. Porquanto, rebeldes, guerrilheiros e terroristas subsistem a despeito de todos os esforços de erradicá-los" (...) Compreender sua natureza (do combate irregular) e suas peculiaridades é imprescindível para que a sociedade exija, discuta e apóie políticas governamentais de defesa, quase sempre impopulares, dispendiosas e de longo prazo, que se antepõem as ameaças ditas de Quarta geração (VISACRO, 2009 : 9).

Mais à frente, o autor solta a seguinte "pérola": "o leitor poderá surpreender-se também, com as raras alusões à luta armada no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. Seus poucos resultados e a esmagadora derrota imposta pelos órgãos de repressão do Estado, desqualificam-na como evento útil aos objetivos desse livro, exceto, é claro, pelos seus grandes equívocos" (VISACRO, 2009 : 10).

E, dentre outras observações, explicará que na chamada "Guerra de Quarta Geração" ou 4GW, os oponentes não serão os Estados nacionais, mas grupos que combatem e morrem por uma ideologia.

Enfim, para esses "autores", essa imagem, fabricada por eles e para eles de uma guerra irregular, demandaria ações irregulares que precisariam ser naturalizadas pela imprensa, opinião pública e juristas. O que nos lembra uma das flechas do Comitê Invisível, em "Crise e Insurreição"²⁶ : "(...) tudo o que resiste aos esquemas dos governos está em vias de ser tratado como 'terrorista'" (Aos Nossos Amigos: crise e insurreição, 2016).

Mas os militares têm razão. Trata-se de uma guerra irregular, as forças são irregulares, o Estado policial e penal põe para funcionar o extermínio de grande parte da população no novo cenário de racismo de Estado, que Foucault apresentou de forma brilhante em seu curso *Em defesa da sociedade* (1999). Estamos em guerra, mas é o Estado que faz a guerra. Como também diz Foucault (1999: 22), "política é a guerra continuada por outros meios". Ele, Estado, agora não esconde o que é capaz de fazer contra pobres, negros, mulheres, indígenas, contra a esquerda, contra a cultura, contra a informação, contra a educação... É uma guerra, como diz Pelbart (2017), econômica,

política, jurídica, militar, midiática, uma guerra aberta, transparente, que pacifica pela violência, que instaura essa lógica esquizofrênica na qual exceção vira regra, normalidade; golpe vira governabilidade²⁷. Enfim, extermínio vira vida que vira segurança pública. Seria preciso, pois, como também assinala o autor, quebrar o monopólio das corporações que sustentam o Estado, sem necessariamente querer apenas tomar o seu lugar, ou seja, sem entrar no jogo do qual saímos vencidos. Para tanto, devemos nos perguntar: até quando vamos acreditar em boa polícia? Em bom Estado? Bom e mau, já dizia Nietzsche, dependem do lugar de quem valora, ou seja, dependem do lugar ocupado por nós no jogo da segurança pública. Portanto, o contraste não remete a essência, mas a atitude, e, dependendo da atitude, podemos romper ou não com as expressões do niilismo decorrentes de nossas escolhas.

E aqui, mais uma vez, a contemporaneidade das afirmações nietzschianas torna ainda mais visível o desafio que a nós é feito nesse momento político-econômico em que o Estado investe cada vez mais em encarceramentos em massa e se utiliza da força policial (leia-se violência permitida) como estratégia política de controle social e matança. Essa contemporaneidade nietzschiana aparece no *Zarathustra*, quando ele já nos alertava sobre os efeitos do culto ao novo ídolo da modernidade; quando nos apresenta a noção do Estado como o novo monstro que urra e que ocupa o lugar de Deus. Em suas palavras:

(...) Estado? Que é isto? Pois seja! Abri bem os ouvidos, porque agora, vou dizer-vos a minha palavra sobre a morte dos povos. Chama-se Estado o mais frio de todos os monstros frios. E, com toda frieza, também mente; e esta mentira sai rastejando de sua boca: 'Eu, o Estado, sou o povo!' É mentira, criadores, foram os que formaram os povos e suspenderam por cima deles uma fé e um amor; assim serviram a vida. Destruidores, são os que preparam armadilhas para muitos e as chama Estado; e suspendem por cima deles uma espada e cem cobiças. (...) "Nada há na terra maior do que eu; eu sou o dedo ordenador de Deus"- assim urra o monstro. E não somente aqueles de orelhas cumpridas e vista curta se põe de joelhos! (...) Sim, também a vós ele adivinha, ó vencedores do velho Deus! Ficastes cansado na luta e, agora, o vosso cansaço ainda serve o novo ídolo! De heróis e homens honrados, desejaria rodear-se o novo ídolo! Como gosta de aquecer-se, o frio monstro, ao sol das consciências tranqüilas! (...) uma morte para muitos foi, destarte, inventada, que se apregoa por vida: na verdade, um serviço de amigo para todos os pregadores da morte. Estado, chamo eu, o lugar onde todos, bons ou malvados, são bebedores de veneno; estado, o lugar onde todos, bons ou malvados, se perdem a si mesmos; estado, o lugar onde o lento suicídio de todos chama-se "vida"! Olhai esses supérfluos (NIETZSCHE, 1994: 65).

O que é corroborado por escritores anarquistas como Edson Passeti, quando nos alerta que muitos de nós sonhávamos com a promessa igualitária, como se ela estivesse inscrita no "espírito" da história. Inicialmente pensamos que ela seria uma herança

direta da Revolução Francesa (1789) e, posteriormente, esta, ao ser superada pelo ideal estadunidense fundador do mito da democracia, fez com que nos agarrássemos à crença nas reformas democráticas propulsoras de um Estado justo, aquele que manteria a chama acesa da igualdade de direitos (PASSETTI, 2007: 63).

O autor analisa muito bem os efeitos dessa ilusão, assinalando, dentre outras coisas, que a utopia democrática e a síntese política que combinou mercado ampliado com lenta introdução de práticas de direitos sociais, humanos e de tolerância", ultrapassando o anunciado embate final entre capitalismo e socialismo tão em voga durante mais de um século, abriu as portas para as prisões "humanizadas", bem como aos campos de concentração e de extermínio, e aos intermináveis racismos (PASSETTI, 2007: 65-66). Ou seja, a vida judicializada, que aqui poderia ser pensada também como um dos braços do niilismo e como sustentáculo da biopolítica, faz com que, por exemplo, acreditemos na reforma das prisões, sem problematizar a própria existência da prisão. Passetti (2007:65), sem meias palavras, dirá:

não há Estado sem uma sociedade que o conforme e sustente, caracterizando a indissolubilidade dessa relação no capitalismo ou no socialismo; não há biopolítica sem sociedade disciplinar; não há rei ou povo sem família; não há welfare-state, neoliberalismo ou liberalismo social sem sociedade de controle; e há economia de mercado com qualquer regime político de Estado. Capitalismo e socialismo, enfim, tocam-se e são atravessados pelas disciplinas e controles contemporâneos; são práticas que precisam de utopias de Sociedade! São práticas reformadoras em nome da verdadeira Sociedade!

No entanto, parece não ser possível viver sem Estado. Mas Camuri (2016:150), caminhando na mesma direção de Passetti, nos alerta que hoje muitos pensam ser livres porque vivemos em um "Estado democrático de direito". A autora nos interroga: "Vivemos mesmo"? E, ironicamente, diz : "Os mesmos que pensam que sim, que assim vivemos, são também aqueles que acreditam que devemos confiar o governo de nossas vidas ao Estado, sem perceberem que ele funciona de forma sangrenta". Camuri analisa detalhadamente, ao longo de seu belo artigo, como funcionam as "sanções legítimas" do Estado, que justificam práticas com as de tortura, e como tal prática tem uma relação direta com o processo de governamentalização do Estado. Também assinala como esse processo se sustenta em uma tecnologia biopolítica que tem levado, desde o século XIX até os dias atuais, ao aprisionamento em massa, à tortura e até mesmo ao extermínio de determinados segmentos populacionais. Afinal, pergunta ela: "qual seria o limite do Estado, se é o Estado que define seus próprios limites? Até quando aceitaremos ser governados por normas que carregam o princípio de legitimação de um campo onde a

tortura pode ser justificada? Até quando caminharemos envergonhados por essa “zona cinza”?” (CAMURI, 2016:151)

Por fim, acredito que as zonas cinzas do contemporâneo estão bem iluminadas. Esta transparência nos assombra, mas não pode nos paralisar. Precisamos aprender a nos posicionar de outra maneira diante de práticas niilistas que se repetem; só assim quebramos a lógica do eterno retorno do mesmo e a diferença poderá ser o nosso guia do meio-dia, desde que aprendamos a transformá-la em afirmação de um novo tempo e de novas práticas, destruindo tudo aquilo que impede novos modos de estar no mundo. A transparência das forças, no contemporâneo, é um jogo em que novas manobras de trapaça envolvem a própria transparência. Nessa trapaça tudo se vê, mas há o jogo ilusório da mágica democracia representativa atuando em nossos afetos. E junto a ele, ou dele derivando, os manipuladores dessa democracia se servem dos meios de produção de subjetividades para que nos assobremos e, assim, paralisemos o ver e anestesiemos nosso sentir com as promessas do mostro que urra, o vencedor do velho Deus: o Estado e seu discurso de segurança. Ao mesmo tempo, a manobra atual produz um excesso de luz que cega e, se formos capturados pela enxaqueca ou pela anestesia, não entraremos em contato com o meio-dia, a sombra mais curta que nos faz pensar. Por isso, por vezes precisamos nos afastar desse excesso de luz, do excesso de informações, e procurar aquelas que nos abastecem, as que permitem que desintoxiquemos nossos afetos.

E aqui me relembro de lampejos de meio dia, seguindo Pelbart, quando fala da ocupação das escolas pelos secundaristas e também quando lindamente mostra que o assombro não advém da sombra hegemônica que nos sufoca: quem assombrou a hegemonia foi a força das ruas, o devir ativo, em nós... De modo que Pelbart, ao se interrogar "Por que um golpe atrás do outro?", encontrará como resposta que a assombração nacional foi o que junho de 2013 pôs em pauta, ao inverter a lógica das forças do assombro e chamar a força do vento para si: a "que extrapolava a institucionalidade partidária do discurso governista, sua matriz representacional, sua agenda de conciliação e de composição, seu programa neodesenvolvimentista" e que denunciava, "de maneira ainda indireta, o esgotamento de um modelo, o fim de um ciclo."²⁸

Vamos chamar o vento²⁹, a senhora das chuvas de junho, também chamada de senhora das nuvens de chumbo, como também nos lembra Bethânia (1973), em outro momento?³⁰ E, guiados por essa modulação do espírito, façamos de nós mesmos "a casa

do raio e do vento”³¹, flechas que miram o sol do meio dia e atingem o solo dos acontecimentos.

Referências

- CAMURI, Ana Claudia. Como não podemos olhar do mesmo modo para certas coisas. *Mnemosine* Vol.12, nº1, p. 144-153 (2016).
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, Niterói: Intertexto, 2001.
- COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: N-1, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- _____. *Deleuze/Esposito*. Cours Vincennes, 1978/1981. Disponível em <http://lesilencequiparle.e.l.f.unblog.fr/files/2011/05/deleuzespinoza19781981.pdf>. Acesso em 25 fev.2018.
- DOUZINAS, Costas. *O fim dos Direitos Humanos*. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.69-78.
- _____. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992: p. 129-160.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).
- _____. Prefácio (Anti Édipo) In. *Ditos e Escritos VI: Repensar a Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 a, p.103-106.
- _____. Sobre a genealogia da ética; um panorama do trabalho em curso. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert *Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p.297-327.
- _____. O mundo é um grande hospício. In *Ditos e Escritos VII: Arte, Epistemologia, filosofia e História da Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a, p. 307-309.
- _____. A cena da filosofia. In: *Ditos e Escritos VII: Arte, Epistemologia, filosofia e História da Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b, p.222-247.
- KOSSOVITCH, Leon. *Signos e poderes em Nietzsche*. Rio de Janeiro: Azougue, 2004.
- MACHADO, Roberto. *Zarathustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- NASCIMENTO, Aline Ribeiro. *O que é a psicologia para Nietzsche?* Dissertação de Mestrado em Psicologia, Niterói: UFF, 2006.
- _____. *Os desafios da memória em direção às forças de criação*. Tese de doutorado em Memória Social, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.
- _____. e Peixoto, M. I. M. Da cultura platônico-judaico-cristã à cultura capitalística: modulações do niilismo na construção da memória. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas* - Ano 08, número 13, 2008.

- NIETZSCHE, Friedrich *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. 2a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. 7a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Crepúsculo dos Ídolos ou como filosofar com um martelo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- _____. *Sabedoria para depois de amanhã*. Seleção de fragmentos póstumos por Henrich Friedrich, São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PASSETTI, Edson. Direitos Humanos, sociedade de controle e a criança criminosa. In *Direitos humanos? o que temos a ver com isso?* Comissão de Direitos Humanos do CRP–RJ [org.] Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia– RJ, 2007, p.63-82.
- PELBART, Peter Pál. Travessias do niilismo. In: FEITOSA, Charles, BARRENECHEA, Miguel Angel de, e PINHEIRO, Paulo (Org.). *Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação*. Assim falou Nietzsche V., Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio; Brasília, DF: Capes, 2006.
- _____. *O Averso do niilismo: cartografias do esgotamento*. Edição bilingue:Portugues-Ingles, N-1 edições: São Paulo, 2013.
- _____. Tudo que muda com os secundaristas, 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas>. Acesso em 23 de fev. 2018.
- _____. Por que um golpe atrás do outro? Ensaio sobre a Assombração Nacional, 2018. Disponível em : <https://www.peixe-eletrico.com/editorial>. Acesso em 27 de fev. 2018.
- PINTO-HOMEM, Henrique de Castro. Operação São Francisco: Análise do emprego do GptOpFuzNav em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). *O Anfíbio: Revista do corpo de fuzileiros navais*. V33, 2015 . Disponível em <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/Anfibio2015.pdf>. Acesso em 26 fev.2018
- ROLNIK, Sueli. *A nova modalidade de golpe de Estado: um seriado em três temporadas*, 2018. Disponível em <https://outraspalavras.net/brasil/666381/>. Acesso em 23 de fev. 2018.
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História*. São Paulo: Contexto,. 2009.

Discografia

- BETHÂNIA, Maria. Faixa "A Dona do Raio e do Vento" (Ao Vivo) . DVD "Carta de Amor", Biscoito Fino, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wR05zNR5GCc> Acesso 28 fev 2018.
- _____. Texto de Maria Bethânia/ IANSÃ, faixa 16, Álbum Drama 3º ato. Universal Music, 1973. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g23bLGQhYHo>. Acesso 28 fev 2018.

Aline Ribeiro Nascimento
Doutora em Memória Social (2011/ UNIRIO), Mestre em Psicologia (2006/UFF).

Desenvolveu pesquisa com Nietzsche e Foucault no estágio pós-doutoral em Psicologia Social (2012-2014/UERJ) e atualmente é doutoranda de Psicologia na UFF.

E-mail: alinenascimento_prof@yahoo.com.br

¹ Segundo Foucault, formas que a escrita sobre si assume na cultura greco-romana, e que funcionavam como anotações de vida, como "aide-mémoire" ao cotidiano: como memória sobre o escutado, o feito, o lido, o vivido. Cf. FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992:129-160.

² Cf. os trabalhos de NASCIMENTO (2006, 2008, 2011).

³ Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas/>
Acesso em 23 de fev. 2018.

⁴ Disponível em <https://outraspalavras.net/brasil/666381/>. Acesso em 23 de fev. 2018.

⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9288-16-fevereiro-2018-786175-publicacaooriginal-154875-pe.html> Acesso em 23 de fev. 2018.

⁶ Maiores detalhes sobre o funcionamento da GLO: <http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>; e sobre a Portaria normativa da GLO, em 2014: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf Acesso em 23 de fev. 2018.

⁷ A título de exemplo, a Conferência Rio-92, de junho de 1992, que ficou conhecida como ECO-92, já era embasada na Garantia da Lei e da Ordem para Estado do Rio de Janeiro. Cf. http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/420449/RESPOSTA_PEDID_O_Quadro%20GLO.pdf Acesso em 23 de fev. 2018. Importante assinala que entre 2010 a 2017, vinte e nove vezes se recorreu a ela. Só no RJ foram doze vezes, a saber: em outubro de 2008 (eleições municipais), de dezembro de 2010 a junho de 2012 (Ocupação do Complexo do Alemão), julho de 2011 (V Jogos Mundiais Militares), junho de 2012 (Rio + 20), outubro de 2012 (eleições municipais), julho de 2013 (Jornada Mundial da Juventude), julho de 2014 (Copa do Mundo), de abril de 2014 até junho de 2015 (Ocupação do Complexo da Maré), agosto de 2016 (Jogos Olímpicos), outubro de 2016 (eleições municipais), fevereiro de 2017 (votação do pacote de austeridade).

⁸ Cf. <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/cerj.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro

⁹ Previstos no art. 144 da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro".

¹⁰ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=078B6EF6013613088A206F660BB45C73.proposicoesWebExterno2?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016. Acesso em 24 de fev.2018.

Exemplos de pronunciamentos contra a PEC: <https://www.conjur.com.br/2016-dez-17/oab-critica-reforma-previdencia-amplo-debate> ; <http://cpers.com.br/nota-explicativa-sobre-a-pec-2872016/>; <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/09/pec-287-reforma-ou-implosao-da-previdencia-social/>
Acesso em 25 fev.2018.

¹¹ O que diz o Data-folha sobre esse assunto: <https://outraspalavras.net/blog/2018/01/31/quatro-hipoteses-sobre-o-novo-datafolha/> ; https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/31/politica/1517399782_176018.html

¹² Cf. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/553483-CAMARA-AUTORIZA-INTERVENCAO-FEDERAL-NA-SEGURANCA-PUBLICA-DO-RIO-DE-JANEIRO.html>. Acesso em 25 fev.2018.

¹³ Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519078828_906789.html. Acesso em 25 fev.2018.

¹⁴ Cf. <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-02-20/governo-desiste-de-mandado.html>. Acesso em 25 fev.2018.

¹⁵ Cf. <http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/brasil/foto-de-soldados-armados-revistando-mochilas-de-criancas-no-rj-repercuta-na-web/?cHash=f9a1864fe5f93c2a18a0fe57ff252e> . Acesso em 25 fev.2018.

¹⁶ O artigo diz: "Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos".

¹⁷ Cf. <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2018/02/23/exercito-revista-criancas-durante-intervencao-federal-no-rio.htm>. Acesso em 25 fev.2018.

¹⁸ Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/moradores-deixam-comunidades-apos-serem-fotografados-em-acao-do-exercito.shtml>. Acesso em 26 fev.2018.

¹⁹ Cf. <https://veja.abril.com.br/brasil/militares-querem-evitar-justica-comum-em-intervencao-no-rio/>. Acesso em 26 fev.2018.

²⁰ Cf. http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_142_.asp Acesso em 26 fev.2018.

²¹ Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 26 fev.2018.

²² Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm Acesso em 26 fev.2018.

²³ Cf. <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/Anfibio2015.pdf>. Acesso em 26 fev.2018.

²⁴ Cf. <https://www.mca-marines.org/files/The%20Changing%20Face%20of%20War%20-%20Into%20the%20Fourth%20Generation.pdf> .Acesso em 26 fev.2018.

²⁵ O Desafio da Transformação. In: Revista *Military Review*, v.2/2011, Ed. Brasileira, Forte Leavenworth: CAC. 2011. p.49 Consultar: <https://flaviamellol.wordpress.com/2014/04/09/o-desafio-da-transformacao/>. Acesso em 26 fev.2018.

²⁶ Cf. "Aos Nossos Amigos: crise e insurreição", São Paulo: N-1, 2016.

²⁷ Texto de abertura da série de cordéis político *Pandemia*, constituída pela N-1 edições, editora parceira em Outros Quinhentos. Cf. <https://outraspalavras.net/brasil/peter-pal-pelbart-estamos-em-guerra/> Acesso em 23 fev.2018.

²⁸ Disponível em : <https://www.peixe-eletrico.com/editorial>. Acesso em 28 de fev. 2018.

²⁹ Alusão à música-convite que abre e encerra esse artigo, a faixa "A Dona do Raio e do Vento" (Ao Vivo), do DVD "Carta de Amor", 2013, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wR05zNR5GCc> Acesso em 28 de fev.2018.

³⁰ Alusão ao texto, escrito pela própria de Bethânia sobre Iansã, cantado/narrado em 1973 em pleno ano de chumbo. Para ter acesso a essa preciosidade, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=g23bLGQhYHo> . Acesso em 28 de fev.

³¹ Alusão à música-convite que abre e encerra esse artigo, a faixa "A Dona do Raio e do Vento" (Ao Vivo), do DVD "Carta de Amor", 2013, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wR05zNR5GCc> Acesso em 28 de fev. 2018.